

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PROGRAMA DE GOVERNO

**Dr. João Marcos (Prefeito)
e
Neuza Uber (Vice – Prefeita)**

Eleições 2024

Chapa: PRA FRENTE, GARÇA!

**GARÇA / SÃO PAULO
2024**

Apresentação

O Partido Socialista Brasileiro se apresenta para as eleições municipais em Garça com a disposição para promover as transformações necessárias em nosso município, trazendo consigo as experiências de sucesso que vem sendo desenvolvida nas prefeituras lideradas pelo PSB Brasil afora, muitas dessas, premiadas e apontadas como exemplo de eficiência, transparência e inovação na Gestão Pública; como no caso da Prefeitura de Recife, capital do Estado de Pernambuco. Lá, o prefeito João Campos – tendo sido eleito em 2020 o prefeito mais jovem de uma capital brasileira – tem desenvolvido uma gestão impecável, gerando empregos, promovendo a Educação, a Paz (sem abuso da violência), a Saúde Pública, Sustentabilidade, Empreendedorismo e a Transformação Digital da Gestão Pública; dinamizando os serviços públicos, reduzindo filas, tempo de espera por consultas, gerando economia e redução de desperdício aos cofres públicos, fazendo com que a Gestão Municipal de Recife esteja sendo reconhecida mundialmente como uma das mais eficientes da América Latina. Além das dezenas de Políticas Públicas implantadas pelo Governo Federal que foram desenvolvidas em Garça, contribuindo para: elevação do salário mínimo e aumento do poder de consumo da população, movimentando o comércio e a geração de empregos; o programa Bolsa Família, garantindo dignidade e assistência básica a centenas de famílias; o Minha Casa, Minha Vida, viabilizando o acesso a moradia própria, seja em conjuntos habitacionais, como o Monte Verde ou projetos individuais; o fortalecimento do Ensino Técnico e Programas de Qualificação continuada (PRONATEC); o Universidade para todos (PROUNI), o fortalecimento do programa de Financiamento Estudantil (FIES) e, recentemente, o perdão dos juros das dívidas dos financiamentos; a criação da Farmácia Popular; o Piso Nacional de Educação que, por sinal, não está sendo cumprido em Garça; o SAMU, a construção da UPA, o apoio ao Agronegócio e à agricultura familiar, por meio do Plano Safra; o Programa Pé-de-Meia, oferecendo uma bolsa a estudantes de baixa renda para que não tenham que abandonar a escola para acessar o mercado de trabalho precocemente, entre outros que contribuem significativamente para o desenvolvimento de Garça, a redução da pobreza, da desigualdade sociais, a melhoras significativas na distribuição da renda familiar e a elevação da taxa de escolaridade dos nossos jovens.

Toda essa experiência acumulada em cidades lideradas pelo PSB,,além das Políticas Públicas implantadas pelo Governo Federal, permitiu a nós, em Garça, construir um Plano de Governo com um olhar para o futuro e para a inovação, sem esquecer que são os cidadãos que levantam cedo para trabalhar todos os dias e que constroem a força da nossa cidade que são os principais sujeitos da nossa História e razão pela qual buscaremos construir um governo que caminhe junto com os anseios do povo que espera poder contar com Escolas e Creches seguras e acolhedoras para seus filhos; Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades da Saúde da Família (USF) nos bairros que possam prestar os cuidados essenciais, evitando deslocamentos e filas intermináveis na Unidade de Pronto Atendimento (UPA); atividades de cultura, esporte e lazer, a todas as idades, mas, principalmente, a juventude que encontra-se vulnerável e mais suscetível a encontrar suas válvulas de escape no consumo precoce de bebidas alcoólicas, cigarros e entorpecentes e expostas a todo tipo violência; e, onde todos possam ser respeitados pelo que são, independente, de gênero, cor, etnia, crenças religiosas ou orientação sexual.

A Democracia é a arte do diálogo entre todas as partes – até mesmo como os opositores e não renunciamos ao respeito aos preceitos da democracia, do respeito às instituições, às leis e as liberdades individuais.

Para capitanear este Projeto de Governo e de Futuro para Garça, o PSB, junto a sua militância, apoiadores e simpatizantes, escolheu os nomes do Dr. João Marcos Gusman Anelli, 41 anos, advogado atuante no município, bacharel em administração de empresas, casado e pai de 3 filhos e Neuza Senhorini, 58 anos, formada em Gestão Empresarial pela FATEC. Mãe da Carla, da Karem e avó do Renan. Já foi comerciária, comerciante, servidora pública na Secretaria da Saúde e depois no SAAE, aposentada desde 2021, trabalha atualmente como motorista de aplicativo, para concorrerem aos cargos de prefeito e vice-prefeita em nossa querida Garça. Trazendo consigo um time de pleiteantes as cadeiras de vereadores e vereadoras preparados e conhecedores dos problemas que afligem a nossa população. Contando ainda, com o apoio e legado do ex-prefeito Cornélio Marcondes; o ex-governador de São Paulo e atual vice-presidente do Brasil Geraldo Alckmin; do ex-governador e atual Ministro do Empreendedorismo Márcio França; do ex-Ministro da Saúde – responsável por trazer a UPA para Garça junto

com Cornélio – e atual Ministro de Relações Institucionais Alexandre Padilha; Rodrigo Agostinho, ex-prefeito de Bauru, o qual teve a gestão mais bem avaliada da História e atual presidente do IBAMA; entre tantas outras lideranças, de diferentes partidos, as quais Garça poderá contar e recorrer para pleitear o apoio e investimentos necessários para seu desenvolvimento.

Nesse contexto, nosso desafio, em âmbito municipal, será reafirmar e garantir os princípios norteadores da garantia de direitos, como: o caráter público e universal do SUS; a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e livre de censuras; as políticas sociais como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade; o Estado como promotor das igualdades de gênero, etnia, etária e orientação sexual; a transparência na gestão pública; a participação política como elemento de decisão pública, dentre outros.

Diferentemente do desprezo aos mais pobres, observado por diversos gestores do campo reacionário, nosso compromisso tem como foco principal diminuir o abismo existente entre privilegiados e excluídos, a defesa da vida e da dignidade dos que mais precisam.

O povo de GARÇA merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os desafios atuais. Para isso, a candidatura do **Dr. João Marcos** como prefeito e **Neuza Uber** como vice-prefeita, se apresentam para debater publicamente as diretrizes de um Programa de Governo para construir uma GARÇA socialmente justa, que aprofunde a democracia e a participação popular e que enfrente os problemas urbanos e rurais do município.

EIXOS TEMÁTICOS

1. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: O CAMINHO PARA PRODUÇÃO EFICIENTE E SUSTENTÁVEL

A Pandemia de Covid 19 intensificou o debate a respeito do desequilíbrio do meio ambiente, a necessidade de rever hábitos de consumo, de produzir, de manejo dos resíduos domésticos e industriais, a contaminação dos lençóis freáticos por resíduos químicos, entre outros danos ao meio ambiente que nos afetam diretamente.

É fundamental que pensemos a longo prazo e promovamos Políticas Públicas para além do período do mandato. Temos que transformar a crise

ambiental em oportunidades para o bem viver em nossa cidade. Os municípios podem fazer a sua parte, com muitas ações pra iniciar esse caminho.

Em meio a este contexto, o Brasil tem cumprido um papel de destaque na geração de energia limpa, fato reconhecido internacionalmente. Em 2023, 93% da eletricidade gerada em solo nacional vieram de fontes renováveis, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), contra uma média global abaixo de 30%. E, nos últimos anos, temos observado o avanço das instalações de sistemas de captação de energia solar residencial.

Ao investir em sua vocação nesse setor, o País se torna um destino atrativo para investidores, criando um processo virtuoso de fortalecimento da atividade industrial e de iniciativas sustentáveis no campo, impactando diversos setores e cadeias de valor.

Recentemente, o Governo Federal lançou o **Programa MOVER**, idealizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o novo programa vai promover a expansão de investimentos em eficiência energética, e cobrar menos imposto de quem polui menos, criando o IPI Verde. O Governo Federal prevê que o programa alcançará mais de R\$19 bilhões em incentivos fiscais ao longo dos próximos anos.

O **MOVER** ainda concederá incentivos fiscais em proporção aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P & D). As empresas que dispenderem entre 0,3% e 0,6% da receita operacional bruta em P & D a cada ano, a cada real investido terão direito a **CREDITOS FINANCEIROS** entre R\$0,50 e R\$3,20. Esses créditos poderão ser usados para abatimento de quaisquer tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Em Garça, há inúmeras empresas que já estão desenvolvendo Planos de Transição Energética e Logística Reversa para destinação adequada de seus resíduos, além de, promoverem a Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos, podendo ser beneficiadas pelas ações previstas pelo **MOVER**.

Nosso compromisso ético e político é contribuir para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar os efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam alagamentos, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuária, além de viabilizar a estruturação das Políticas Públicas implantadas e permitir que esses benefícios cheguem à população e ao empresariado local.

Nosso programa de governo contém medidas que visam a sustentabilidade em todas as áreas de governo. No que se refere à transição energética, apresentamos as seguintes propostas:

- Plano Municipal de Transição Energética: Promover a transição gradual de fontes de energia nos prédios públicos municipais, preferencial, em Escolas e Unidades de Saúde, promovendo a economia aos cofres públicos com despesas com energia elétrica a médio prazo; incentivar e assessorar as empresas a elaborar Planos de Transição Energética e Logística Sustentável, possibilitando com que as empresas locais tenham acesso aos incentivos de redução de impostos previstos no MOVER; fortalecer a coleta seletiva e criar mecanismos de remuneração de serviços ambientais, onde organizações e pessoas que fornecem tais serviços, como a conservação de florestas, a restauração de áreas degradadas ou a proteção da biodiversidade, possam ser remuneradas por estes serviços.
- Estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, bem como pelo consumo responsável.
- Estimular as empresas locais a adotarem medidas para tornarem-se progressivamente sustentáveis ambientalmente.
- Promover iniciativas de Parcerias Público Privadas para adoção de praças e parques, intensificando a arborização no espaço urbano e a neutralização de emissões de carbono.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL: EQUIDADE E INCLUSÃO

A implementação de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nosso Programa de Governo propõe integrar políticas e ações para enfrentar a miséria e as desigualdades e assegurar e ampliar os direitos sociais de forma universal.

2.1 Proteção Social

Entendemos que as políticas públicas devem ser compreendidas como direitos do cidadão, não como benevolência, nem mesmo a assistência social, a qual, frequentemente é tratada com essa visão. Por isso, vamos:

- Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fortalecendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS).
- Ampliar e qualificar a rede de proteção social e prevenção aos segmentos vulneráveis - baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população em situação de rua, articulando esses serviços em rede, integrando com outras políticas públicas como saúde e educação.

2.2 Políticas para Crianças e Adolescentes

Estabelecer políticas específicas para as crianças e adolescentes, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, voltadas à erradicação do trabalho infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.

- Consolidar a rede intersetorial de proteção e prevenção, com atendimento especializado para as vítimas de violência.
- Fortalecer serviço de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil.
- Estimular vínculos de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em territórios de alta vulnerabilidade social.
- Fortalecer as ações do Conselho Tutelar.

2.3 Políticas para idosos

- Promover ações que valorizem o idoso e sensibilizem as famílias e a sociedade quanto às suas necessidades e direitos, visando a promoção do envelhecimento ativo e saudável.
- Fortalecer as atividades socioeducativas e outras ações voltadas ao convívio familiar e comunitário.

2.4 Políticas para Pessoas com Deficiência

- Ampliar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas, garantindo a inclusão e o exercício de seus direitos.
- Articular e propiciar a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nas diversas políticas públicas e privadas e o direito de usufruir de todos os bens públicos da cidade.
- Fomentar programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.
- Ampliar o acesso às novas tecnologias e a capacitações que ampliem as oportunidades de emprego e renda.
- Desenvolver ações que qualifiquem as instituições e formação dos profissionais que cuidam de pessoas com deficiência.

2.5 População em Situação de Rua

- Fortalecer a rede de proteção social às pessoas em situação de rua. Fornecendo alimentação, saúde, higiene e pernoite.
- Promover ações integradas entre as diversas secretarias de governo, organizações da sociedade civil e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com o intuito de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades e a qualificação profissional, propiciando a construção de um novo projeto de vida a essas pessoas.

2.6 Combate à violência doméstica

Infelizmente, nossa cidade possui altos índices de violência doméstica. E as principais vítimas são as mulheres e crianças. Quase 70% dos casos de violência sexual contra crianças são cometidos por familiares ou pessoas próximas. Os casos de violência contra a mulher são frequentes e, muitas vezes, resultam em tragédias. Em muitas dessas situações, a mulher acaba ficando sem saída, por depender financeiramente do homem, não interrompendo o ciclo de violência e este, por sua vez, tendendo a se agravar. Diante dessa situação, faz-se necessário o trabalho conjunto entre as forças de Segurança Pública, Ministério

Público e Secretaria de Assistência Social precisam atuar em conjunto. Entre as ações propostas:

- Criação de uma Casa de Acolhimento a Mulheres e crianças vítimas de violência doméstica: tal iniciativa tem o intuito de retirar a mulher do ambiente de contato com o agressor.
- Programas de Qualificação Profissional, possibilitando às mulheres vítimas de violência doméstica o ingresso no mercado de trabalho.

3. DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTABILIDADE:

O Café é uma grande marca e é motivo de orgulho da nossa agricultura e esta é uma marca que deve seguir sendo fortalecida, reforçando a tradição e o potencial de geração de negócios em torno da cadeia econômica cafeeira.

O desenvolvimento da Agricultura está intimamente relacionado à ideia de sustentabilidade. Cabe ao poder público estabelecer políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento de técnicas sustentáveis e também ajudem o produtor a mitigar prejuízos ao meio ambiente e agregar valor ao seu produto.

A Agricultura Familiar possui um papel fundamental na garantia de alimentos na mesa, é este setor que produz mais de 70% dos alimentos em nossos pratos. No nosso governo, desenvolvemos ações que visem fortalecer a Agricultura e promover a segurança alimentar, tendo como base de ação as seguintes ações:

- Promover a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, incentivando a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.
- Construir rede de apoio a cooperativas de agricultura familiar e orgânica e adquirir produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e para distribuição às famílias vulneráveis.
- Fortalecer as Feiras Públicas e as condições de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar para o abastecimento alimentar da população.
- Fomentar atividades de educação alimentar e nutricional, promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade.

- Promover ações de capacitação e assessoria técnica aos agricultores, com foco em práticas sustentáveis e redução de agentes químicos e acesso a programas de fomento à agricultura, como o **Plano Safra da Agricultura Familiar**.
- Investir na manutenção, infraestrutura das estradas rurais, tão necessárias ao escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor.
- Incentivar a Agricultura Urbana, através da concessão de áreas urbanas e periurbanas ociosas para a criação de hortas comunitárias, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social.
- Estabelecer incentivos à agricultura diversificada.
- Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais.
- Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do campo.

4. DESENVOLVIMENTO URBANO E DIREITO À CIDADE:

A melhoria da qualidade de vida na nossa cidade passa pelo combate e redução das desigualdades, em suas diversas dimensões, além da garantia do direito à cidade.

O pleno direito à cidade se dará por meio do acesso à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais. Acesso a uma mobilidade urbana que priorize o transporte coletivo, o sistema viário seguro e, ainda, que garanta a promoção do acesso equitativo aos equipamentos públicos de cultura, lazer, educação, saúde em todos os bairros

Assim como nas demais áreas de governo, aqui também adotaremos medidas para iniciar a transição ecológica em nossa cidade, contribuindo para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição.

Nossos compromissos para o desenvolvimento urbano se consolidarão por meio das diretrizes e propostas a seguir:

4.1 Planejamento Urbano Inclusivo e Participativo

Estabelecer um processo de elaboração e revisão do Plano Diretor, com leitura participativa do território urbano e rural, que permitirá a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, estabelecendo metas de médio e longo prazo.

- Criação de políticas públicas articuladas a investimentos em infraestrutura, melhoria dos espaços públicos e incentivos para instalação de atividades de geração de emprego e renda, contribuindo para constituir uma cidade policêntrica, tendo em vista os eixos de crescimento da cidade.
- Garantir as funções sociais da propriedade e da cidade por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, em especial das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), possibilitando a construção de habitação de interesse social nas áreas consolidadas, o IPTU progressivo e a edificação compulsória para refrear a especulação imobiliária.
- Atuar de maneira proativa na construção e fortalecimento das instâncias de governança regionais.

4.2 Moradia Digna

A melhoria das condições de habitabilidade e de moradia mostraram-se essenciais para lidar com as crises sanitárias com a provocada pela COVID-19, assim como para mitigar os efeitos dos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas. A ausência de infraestrutura adequada tende sempre a penalizar a população em maior vulnerabilidade, que não tem acesso à infraestrutura adequada ou vivem em áreas de risco.

- Implementar uma política municipal de habitação com ações para as diferentes necessidades, por meio da promoção, financiamento e assistência técnica para a regularização fundiária; a melhoria de moradias precárias; produção de lotes urbanizados e de moradia.

- Estabelecer parceria e assistência técnica aos movimentos sociais, ONGs, grupos organizados e sindicatos, para os projetos de habitação do município.

4.3 Saneamento Básico

A garantia do acesso ao saneamento básico entendido como abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento dos resíduos sólidos e limpeza urbana; e manejo das águas pluviais urbanas para toda a população é um dos grandes desafios para todas as cidades.

Apesar da lei federal nº 14.026/20, que buscou enfraquecer o papel do município como titular e concedente do saneamento básico, ter sido aprovada, acreditamos que o município tem um papel essencial na regulação dos serviços e dos investimentos na cidade, inclusive nos casos em que os serviços estão a cargo de companhias estaduais ou empresas privadas.

4.3.1 Abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

- Ampliar a disponibilidade hídrica para abastecimento da população e das empresas.
- Garantir às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda o acesso à tarifa social.
- Assegurar a gestão da água com a preservação das nascentes e dos mananciais, promovendo a despoluição e recuperação de nascentes, rios e mananciais degradados.
- Participar ativamente nos Comitês de Bacia Hidrográfica, visando melhorar a gestão ambiental dos recursos hídricos na região.
- Adotar o reuso de água nas atividades e edificações da prefeitura e incentivar as empresas e a população a fazer o mesmo.
- Aumentar progressivamente a coleta e o tratamento de esgoto, mantendo rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto.
- Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade dos imóveis estarem ligados à rede de esgoto.
- Aperfeiçoar os instrumentos de regulação dos serviços e dos mecanismos de participação social.

4. 4 Resíduos Sólidos

- Equacionar o processo de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os materiais recicláveis, tendo como alternativa a construção de um consórcio intermunicipal.
- Ampliar a coleta seletiva de lixo, fortalecendo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ao sistema e desenvolvendo programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem residencial.
- Revisar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e demais atores da cadeia de resíduos sólidos: produtores, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores.

4.5 Drenagem

- Criar legislação que induz ao aumento da permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações.
- Elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar soluções e implantar controle e monitoramento desses eventos.
- Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.

4.6 Transporte e Mobilidade Urbana

A organização e os investimentos no sistema viário da nossa cidade se fazem necessários. Hoje, a população sofre com um transporte coletivo precário e com poucas linhas disponíveis, ausência de ciclovias e o intenso tráfego de caminhões pesados na área urbana. Diante deste cenário, propomos as seguintes ações:

- Implantar ciclovias, facilitando o uso dessa alternativa de transporte.

- Implantar medidas de trânsito seguro, identificando soluções de segurança e fluidez, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, alinhamento de semáforos de uma mesma via, reduzindo o tempo de deslocamento.
- Promover a manutenção permanente das vias, implantando progressivamente a pavimentação nas vias onde ainda não possuem essa infraestrutura.
- Viabilizar recursos e parcerias junto aos governos federal, estadual e iniciativa privada para construção de um Anel Viário que ligará a via de acesso entre Álvaro de Carvalho e Garça a Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), reduzindo o tráfego intenso de caminhões pesados nas vias urbanas, melhorando a fluidez do trânsito e aumento da vida útil da pavimentação das ruas e avenidas de tráfego mais intenso.

4.7 Meio Ambiente, Sustentabilidade, Recuperação de áreas verdes, praças e parques

- As áreas e equipamentos públicos são essenciais para garantir qualidade de vida urbana para todas as faixas etárias.
- Vamos buscar recuperar esses espaços para a cidade, reestruturando-os com a implantação de equipamentos e mobiliário urbano, jardinagem e paisagismo, de modo que possam ser utilizados para o lazer e em programações culturais e esportivas.
- Tornar nossa cidade sustentável e resiliente, a partir da:
- Proteção dos mananciais.
- Diminuição da emissão de poluentes, que afetam a qualidade do ar, do solo, da água e de gases de efeito estufa.
- Mitigação dos riscos de desastres ambientais: mapeando e implantando plano de atenção aos passivos ambientais na zona urbana e rural.
- Criação de ecopontos na zona rural e em locais estratégicos para descarte de materiais contaminantes, entulhos e móveis para descarte.

5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE

A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitadas e para a prática de valores humanitários.

Nosso programa de governo para a área é composto das seguintes diretrizes e propostas:

- Garantir o acesso, permanência, qualidade, inclusão e equidade.
- Assegurar nosso compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches.
- Assegurar o atendimento, com acesso à educação básica e ao atendimento especializado, às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; dotando as escolas de equipamentos, estrutura física e profissionais especializados para o seu atendimento.
- Garantir a população das áreas rurais o acesso a todas
- Assegurar a permanência na escola com políticas de apoio, como alimentação, transporte escolar, livros e materiais didáticos; incluindo também a articulação com as políticas de assistência social e de saúde; em especial nesse período pós-pandemia, que vai requerer ainda maior coordenação de ações.
- Retomar o transporte escolar gratuito a todas as etapas da educação básica e ensino superior.
- Enfrentar os fatores que provocam a evasão escolar.
- Promover a construção, melhoria e ampliação dos espaços escolares, da cidade e do campo; agregando, laboratórios, quadras esportivas e pátios para realização de eventos, visando uma formação integral.
- Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência; bem como às temáticas da diversidade e de combate a qualquer forma de discriminação; meio ambiente, segurança, saúde, trânsito, respeito aos direitos humanos, dentre outras.
- Assegurar a elaboração ou revisão do projeto pedagógico das escolas de forma coletiva e participativa.

- Investir na ampliação do acesso às tecnologias de informação e as novas linguagens de comunicação, como possibilidade de aprimoramento do processo de aprendizagem.
- Estabelecer parcerias com Universidades que possam contribuir com o fortalecimento da educação e da formação para o mundo do trabalho.
- Tornar o espaço da escola disponível para atividades de esporte, cultura e lazer para a comunidade escolar e a população do seu entorno, inclusive nos fins de semana.
- Pleitear junto ao Governo Federal e ao Ministério da Educação a instalação de uma unidade do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo, disponibilizando mais uma possibilidade de formação científica e tecnológica gratuita e de qualidade, além de contribuir para a qualificação da mão-de-obra necessária à economia local e regional.

5.1 Formação e valorização dos profissionais da educação

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação são os protagonistas do processo de aprendizagem, entretanto, seguem sendo desvalorizados em nossa cidade. Considerando esse papel central, temos o compromisso com uma política de valorização desses profissionais, que garanta boas condições de trabalho, formação permanente e remuneração digna e o cumprimento do Piso Nacional do Magistério.

- Promover a formação continuada das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação.
- Considerar a tecnologia da informação e as novas linguagens de comunicação como auxiliares à formação permanente e a valorização dos educadores.
- Diagnosticar, permanentemente, os anseios e necessidades de cada setor que atua na Educação, mantendo diálogo permanente com as entidades representativas destes profissionais.

5.2 Democratização e qualificação da gestão

É nosso compromisso implementar a gestão democrática e a participação popular na educação, com o envolvimento de toda comunidade escolar - professores, funcionários, familiares e estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas.

- Consolidar os Conselhos Escolares para participar das decisões administrativas e pedagógicas da escola, com participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar e investimento na sua formação.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Educação e outros conselhos relacionados às políticas educacionais.

6. INCENTIVO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA

A cultura é uma das joias mais valiosas que temos em nossa cidade. Cidades maiores como, Marília, por exemplo, não possuem equipamentos culturais tão sofisticados, como o Teatro Municipal, a concha Acústica do Lago ou a Escola Municipal de Cultura e Arte – que tem sobrevivido graças a organização da Sociedade Civil. E, infelizmente, tem sido deixada de lado e tratada como supérfluo. Sofremos com a falta de opções de lazer e cultura, ao mesmo tempo que, todos os anos Garça exporta músicos, atores, artistas plásticos, artistas circenses, dançarinos e dançarinas que vão brilhar e ganhar a vida em outras cidades, levando o nome de Garça cada vez mais longe.

A cultura precisa ser vista também como Economia, aliás, Economia Criativa, um segmento que nos últimos anos, tem crescido mais que o dobro do **Produto Interno Bruto**, o índice que mede o crescimento da Economia Brasileira em um determinado período. Para o campo da Cultura, apresentamos as seguintes propostas:

- Eventos culturais itinerantes, espalhados pelos bairros, levando cultura e diversão a todos, de forma democrática, valorizando os artistas locais, são perfeitamente possíveis e a estrutura necessária já está quase totalmente disponível. Basta, apenas, vontade política!

Fortalecimento da Economia Criativa: a cultura possui um potencial enorme para gerar empregos. O artesanato, a gastronomia, a música, o teatro e de todas as formas de expressão cultural e artística, geram centenas de empregos e renda para as famílias.

- Apoio e fortalecimento da Escola Municipal de Cultura e Artes (EMCA).

7. SAÚDE PÚBLICA

Qualquer cidadão que necessita recorrer às unidades básicas de saúde ou a Upa depara-se com filas intermináveis, longos tempos de espera e em algumas situações com a falta de médicos e/ou profissionais de apoio. O diagnóstico da saúde pública em Garça demonstra a necessidade de ampliação das unidades básicas de saúde e reestruturação dos serviços. Diante do cenário que encontramos em nossa cidade, estabelecemos as seguintes propostas:

- Construção de duas novas unidades básicas de saúde, cujos recursos já foram viabilizados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.
- Descentralização da Farmácia Pública.
- Ampliação dos atendimentos de especialidades médicas, reduzindo a necessidade de deslocamentos para consultas e exames até Marília, Bauru e outras cidades da região.

8. SEGURANÇA PÚBLICA

Muito se diz que a Segurança Pública é responsabilidade dos governos estaduais e federais, entretanto, Brasil afora, inúmeras experiências de sucesso têm sido desenvolvidas pelos governos municipais, através do investimento em Tecnologia e Inteligência Artificial, estruturando-se a partir do conceito de Segurança Cidadã, que combina ações preventivas territorializadas tanto de caráter policial, especialmente de inteligência, quanto ações sociais e urbanas, o que permitirá uma atuação sistêmica do município. Entre as nossas propostas,

- Expansão dos sistemas de monitoramento por câmeras: Diversas cidades têm investido cada vez mais em sistemas de câmeras de vigilância e até mesmo, reconhecimento facial (em aperfeiçoamento) e obtido resultados promissores no combate ao vandalismo e depredação do patrimônio público, coibindo a ação de criminosos; contribuindo para o trabalho de coleta de dados, investigação e identificação de criminosos pelas Polícias Civil e Militar.
- Criação do Fórum Comunitário de Segurança Pública com participação da Polícia Militar e Polícia Civil e representantes da população de todas as regiões da cidade, como espaço para diagnóstico, discussão de ações a serem realizadas e avaliação de resultados.
- Realizaremos um amplo diagnóstico da dinâmica da violência e do crime na cidade, ouvindo a PM, a Polícia Civil e representantes da sociedade civil de todas as regiões da cidade, que comporão o Fórum.
- Integração das secretarias de governo: buscaremos nas secretarias municipais dados relevantes para compor esse diagnóstico como, por exemplo, a Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde, que é uma fonte de informação essencial para a política de segurança, em especial, mas não somente, no que se refere à violência doméstica.

Esse diagnóstico e as informações disponíveis no âmbito do governo cumprirão o papel de aperfeiçoar as diretrizes e propostas que temos para tornar nossa cidade mais segura.

8.1 Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter social e urbano

- Garantir iluminação pública nos bairros, por ser um fator importante para coibir a violência e os crimes.
- Fiscalização de atividades comerciais e de serviços, em torno das quais os crimes são realizados. Adotando medidas para impedir que isso aconteça como, por exemplo, fiscalização de desmanches, entre outros identificados no diagnóstico realizado.

9. PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

A proteção e garantia dos direitos dos animais é uma questão urgente em nossa cidade. Faz-se necessário criar uma rede de acolhimento e tratamento de animais abandonados e adoecidos. A proteção aos animais é também uma questão de saúde pública, para isso, apresentamos como propostas:

- Criação de um Centro de Zoonoses: promovendo ações e serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, assim como, controle de doenças transmitidas dos animais a ser humano.
- Promoção de parcerias / convênios com entidades da sociedade civil afim de promover ações de acolhimento e doação de animais abandonados ou em condições de maus tratos.

Este Plano de Governo foi confeccionado com ampla participação dos correligionários e apoiadores do PSB, com o intuito primordial de promover o bem estar social e o crescimento sustentável de nosso município por meio da implementação de políticas públicas modernas e em consonância com as tendências mundiais, prezando também pelo prevailecimento da Justiça Social e a correção das desigualdades.

Garça, 14 de agosto de 2024.